

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**INTERVENÇÃO COM GRUPO DE MULHERES JUNTO AO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL
CRAS/ITAARA**

BRUNA SOUZA SANT'ANNA

Santa Maria, RS, Brasil

2017

BRUNA SOUZA SANT'ANNA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, RS, como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Serviço Social**

Orientadora: Profa. Dra Sheila Kocourek

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Serviço Social
Curso de Bacharelado em Serviço Social**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
monografia de graduação.**

**INTERVENÇÃO COM GRUPO DE MULHERES JUNTO AO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL
CRAS/ITAARA**

Elaborada por
Bruna Souza Sant'Anna

**Como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dra. Sheila Kocourek,
(Presidente/Orientadora)

Dra. Caroline Goerck
(Professora)

Santa Maria, 28 de novembro de 2017.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho ao meu filho Conrado que foi meu maior
incentivo a concluir esta trajetória.
E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha
formação muito obrigada.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por estar sempre me protegendo e guiando meus passos, a minha família que sempre me apoiaram nessa luta. Ao meu pai que sempre foi meu mestre e exemplo. Meu namorado que nunca me deixou desistir no meio do caminho quando achei que não ia conseguir. As minhas irmãs que sempre me ajudaram a cuidar meu filho para eu poder estudar, aliás, tudo isso é pelo meu filho que me deu força para eu continuar essa caminhada, mesmo com sua pouca idade, com seu sorriso lindo e amor incondicional, me deu força para continuar.

A todos os meus amigos da universidade em especial a Tatielen Moura já formada em Serviço Social pela nossa universidade, que desde ano de 2011 sempre esteve do meu lado. As minhas atuais colegas de 2017 que sempre tiveram participação da minha jornada acadêmica.

Á todos os professores da Universidade Federal de Santa Maria, por seus ensinamentos. A professora Sheila que me orientou, a todas as assistentes sociais aonde eu fiz estágios, sou muito grata pela colaboração e conhecimento. E por fim a Assistente Social Ana Laura aonde realizei o estágio que sempre acreditou em mim e sempre esteve do meu lado em todos os momentos da minha vida meu muito obrigada.

RESUMO

Monografia de Graduação
Curso de Bacharelado em Serviço Social
Universidade Federal de Santa Maria

CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS/ITAARA

AUTORA: Bruna Souza Sant'Anna

ORIENTADORA: Dra. Sheila Kocourek

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 28 de novembro de 2017.

Este trabalho de Conclusão de Curso é resultante da experiência de estágio curricular em Serviço Social realizado no CRAS/Itaara. Durante o estágio, que compreendeu o período entre agosto/2015 e julho/2016, foi articulada a teoria com a prática profissional, pondo em exercício os instrumentais do serviço social, como entrevista, visita domiciliar, observação, grupos. Este trabalho é o resultado da experiência do projeto de intervenção "GRUPO DE MULHERES" onde sua principal função é proporcionar a construção de fortalecimento de vínculos das famílias referenciadas.

Palavras chaves: CRAS, Serviço Social, Fortalecimentos de vínculos.

ABSTRACT

Graduation Monograph
Bachelor's Degree in Social Work
Federal University of Santa Maria

CENTER OF REFERENCE IN SOCIAL ASSISTANCE CRAS / ITAARA

AUTHOR: Bruna Souza Sant'Anna

ORIENTER: Dr. Sheila Kocourek

Date and Place of Defense: Santa Maria, November 28, 2017.

This Course Completion work is the result of the experience of curricular internship in Social Work carried out at CRAS / Itaara. During the internship, which comprised the period between August / 2015 and July / 2016, the theory was articulated with professional practice, putting into practice the tools of social service, such as interview, home visit, observation, groups. This work is the result of the experience of the project " GROUP OF WOMEN " where its main function is to provide the construction of strengthening of the referenced families'.

Keywords: CRAS, Social Service, Strengthening of links.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNI – Política Nacional do Idoso

SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência

STDS – Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	12
1.1 Breve histórico do Município de Itaara, RS	19
1.2 A Implementação do Centro de Referência de Assistência Social no CRAS	21
1.3 Trabalho do assist. Social – com indicação do instrumental téc. Operativo	22
2 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	28
2.1 Sistema Único de Assistência Social – SUAS	33
2.2 Cenário de estágio	40
2.3 O grupo de Mulheres: dinâmica técnico operativa de intervenção do Serviço Social no CRAS de Itaara	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
Apêndices	53

INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço institucional, com o objetivo de capacitar o mesmo para o exercício profissional, o que implica supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por supervisor de campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

A escolha do tema diz respeito à inserção do presente acadêmico como estagiária no CRAS, foi possível adquirir conhecimento teórico e prático acerca da atuação do assistente social. Desta maneira, a acadêmica desenvolveu e executou um projeto de intervenção, o qual foi requisito para aprovação nas disciplinas de Estágio I e II.

A escolha pelo assunto deu-se a partir da experiência de estágio curricular obrigatório da acadêmica do curso de serviço social. O trabalho dá ênfase ao projeto de intervenção intitulado "GRUPO DE MULHERES". Foi realizado um referencial teórico, com pesquisas bibliográficas referentes ao tema.

O Projeto foi realizado no primeiro semestre de 2016, na cidade de Itaara/RS com o intuito de trabalhar o empoderamento das mulheres que participam do CRAS a partir de sua realidade e viabilizar esclarecimento acerca dos seus direitos sociais, assim mobilizando as usuárias que são referenciadas nessa instituição. Considera-se de suma importância essa mobilização visto que foi presenciado durante o período de estágio no ano 2015 e 2016 uma procura pequena das usuárias até o CRAS. O foco deste projeto foi às mulheres já inseridas no serviço, através de rodas conversas e palestras, onde os temas foram: informar o que é o CRAS, para que ele serve, serviços disponibilizados, os profissionais que trabalham na instituição assim como endereço e horário de atendimento, com o objetivo final de fazer com que essas usuárias saibam da existência e a importância da instituição na comunidade, procurar o serviço para inserirem nos grupos e oficinas oferecidos, saber dos serviços oferecidos nos CRAS, que se informem sobre os seus direitos, conheçam os programas e benefícios sociais e principalmente fortaleçam seus vínculos familiares e comunitários com instituição. A intervenção do projeto tem como intuito reivindicar sobre seus direitos para que tenham seus direitos garantidos e não violados, tendo

como objetivo desenvolver ações educativas e direcionadas há essas mulheres que fazem parte do CRAS.

A formação do grupo irá proporcionar a todos uma visão de sociabilidade, o acesso há informação e conhecimento sobre direitos. Neste ponto de vista os serviços e ações assistenciais devem favorecer o fortalecimento de vínculos, para que estas mulheres retornem ao convívio social mais amplo e de forma reintegrada e acolhedora. Desenvolvendo um trabalho familiar, em interface com os serviços das demais políticas públicas, estabelecendo-se um sistema de rede que possa desenvolver atividades que garanta e fortaleça o vínculo social.

Para a elaboração deste trabalho, foi realizada pesquisas bibliográficas que nortearam a reflexões sobre o tema, foi utilizada também a pesquisa de dados e documentos da instituição (CRAS) e os planejamentos de atividades semanais nos quais tive oportunidade de desenvolver o projeto. Através de documentos, registros, fichas cadastrais dos usuários, visitas domiciliares e questionários, puderam dar início ao meu projeto de intervenção. Nesse primeiro momento de iniciação do projeto, foi realizado o levantamento de dados junto as participantes do grupo de Mulheres, onde pude articular as questões mais pertinentes que eles buscavam no grupo, espaço em que a teoria com a prática profissional foi dando sentido ao trabalho. O projeto se desenvolveu de forma positiva no decorrer do semestre e, em junho de 2016, foi se encaminhando ao final, momento quando foram realizados depoimentos e questionários, além das avaliações dessas usuárias que participaram do grupo para qualificar o trabalho desenvolvido. Após essas coletas de dados e contato com estes materiais, foi feita a análise dos resultados da presente pesquisa.

1 ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Neste capítulo abordaremos de forma mais profunda a Proteção Básica que deve ocorrer por meio dos serviços ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Criados pela Política Nacional de Assistência, o CRAS é uma unidade pública estatal que deve estar presente em todos os municípios, embora isto ainda não seja realidade no Brasil. Mantem uma instituição composta por uma equipe interdisciplinar que deverá organizar ações e serviços de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais visando o fortalecimento dos vínculos entre as famílias referenciadas e os bairros de sua abrangência. De forma mais específica:

De acordo com o Censo Suas em 2010, 4.720 municípios brasileiros possuíam ao menos um CRAS, o que corresponde a 85%. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (MDS, 2009, p.9)

Dessa maneira, não se limita a ser uma extensão do órgão gestor municipal, uma vez que não tem a função de governar o Sistema Único de Assistência Social a nível municipal. O CRAS deve ser instalado em território de vulnerabilidade a fim de atender as famílias que residem neste espaço geográfico, com a missão de prevenção e proteção evitando que cheguem a situação de riscos.

Para isto, o CRAS deve desenvolver suas ações embasadas em dois eixos: a matricialidade sócio familiar e a territorialização, onde o primeiro consiste: “A matricialidade sócio familiar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social” (MDS, 2009, p. 12).

Dessa maneira, todos os serviços ofertados no CRAS devem ter como foco o atendimento às famílias do seu território, considerando que a situação familiar é um espaço de formação dos sujeitos e transmissão de valores, e ainda, um local marcado por desejos contraditórios e conflitos humanos. Tal fato se deve ao reconhecimento

que o Estado é responsável pela proteção a estas, porém não tem atuado assim ao longo da história.

Através da adoção da matricialidade sócio familiar busca-se extinguir as concepções tradicionais e idealizadoras sobre a família e reconhecer os distintos arranjos familiares presentes da sociedade contemporânea e em constantes transformações (MDS, 2009, p. 14).

Superar a visão tradicional da família construída culturalmente ao longo dos anos é essencial para que o trabalho desenvolvido tenha efetividade e assim contribua para que o contexto familiar seja espaço de formação de sujeitos dotados de autonomia.

No tocando ao segundo eixo:

A territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território. (MDS, 2009, p. 15)

Considerar a territorialização como um dos eixos estruturantes das ações e serviços oferecidos no CRAS não significa apenas conhecer o espaço geográfico que circunda o CRAS, trata-se de compreender que é um local de inúmeras e distintas vivências e conquistas. É um espaço onde se manifesta as relações familiares e comunitárias e, portanto, identifica os sujeitos que ali estão inseridos.

O território expressa ainda os principais fatos sociais que batem sobre a sociedade, as expressões da questão social que afetam as famílias, bem como, as competências dos sujeitos no enfrentamento às adversidades e conflitos que surgem.

Os citados eixos devem orientar o trabalho da equipe de profissionais com vistas a fortalecer a relação existente entre os membros das famílias referenciadas e ainda a relação entre a comunidade local a fim de oferecer mecanismos e meios de desenvolver as competências de cada um.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais (2009, p.3) a Proteção Básica deve apresentar os serviços de: Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

O CRAS possui duas funções específicas: gestão da proteção básica no seu território e de oferta do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF. Cabe ressaltar que estes serviços só podem ser oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social.

A primeira consiste em descentralizar a oferta de alguns serviços sócio assistenciais do órgão gestor, assim direitos sociais e serviços encontram-se mais próximos dos usuários. Através da gestão territorial, o CRAS deve se tornar um espaço de proteção às famílias realizando a referência e contra referência com as demais instituições de atendimento.

Na realização da gestão territorial deve promover a articulação da rede sócia assistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS que consiste na oferta de serviços sócio assistências na unidade do CRAS, bem como de serviços de transferência de renda viabilizando ao acesso aos moradores locais. A promoção da articulação Inter setorial deve ser constante no cotidiano dos profissionais do CRAS, pois propicia o diálogo com as demais políticas de atendimento à população. Enfim, outra importante característica que constitui a gestão territorial do CRAS é a busca ativa, que deverá buscar dado e informações acerca do território que possibilitam um conhecimento profunda da realidade local e guie a tomada de decisão e planejamento e a identificação de situações de vulnerabilidade e risco vivenciada pelos sujeitos (MDS, 2009, p. 23)

Assim, verifica-se que o Centro de Referência de Assistência tem como o atendimento a um determinado território, propiciando o acesso dos sujeitos aos direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado.

A outra função do CRAS e, tão importante quanto a anterior, é a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Normatizado pela Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais, a qual o descreve como:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

Verifica-se que o PAIF não se limita a um programa com periodicidade determinada, mas é um serviço continuado. Sua função é contribuir para o fortalecimento dos vínculos no âmbito familiar a fim de fortalecer a família e cuidar para a não ocorrência de ruptura de vínculos entre os seus membros.

O PAIF está associado a função de gestão territorial, o qual é, como já citado anteriormente, um serviço exclusivo dos Centros de Referência de Assistência Social. Para um bom desenvolvimento deste serviço, o CRAS deve contar com equipe profissional adequada e recursos necessários.

O trabalho social com as famílias deve ser desenvolvido de forma a contribuir para o fortalecimento dos vínculos, desenvolvendo assim a capacidade protetora desta e autonomia dos sujeitos que a compõe.

Neste trabalho a família deve ser sempre respeitada como sujeitos de sua própria história, possuidores de limites e conquistas, vivências e sabedoria adquirida ao longo da vida.

O Serviço Social surgiu para intervir nas demandas da questão social da época que eram demandadas trazidas pelo proletariado. Pode se afirmar que o Serviço Social mudou muito desde sua implantação no Brasil até os dias atuais, foi grande as mudanças nessas últimas décadas para a profissão.

De acordo com Baptista:

O serviço social brasileiro foi instituído em um momento em que as contradições, os conflitos e as tensões dessas relações emergiram com força no processo de consolidação de sua criação, foi no sentido de operacionalizar uma terceira alternativa para o enfrentamento da questão sócia l- nem o comunismo, nem o capitalismo selvagem, o “humanismo cristão” - tendo por base uma doutrina social: a da Igreja Católica (BAPTISTA,2009, p.18).

Totalmente diferente dos dias atuais nessa época os assistentes sociais trabalhavam com os indivíduos considerados marginalizados pela sociedade e o profissional trabalhava na perspectiva de inserir esse indivíduo na sociedade já que este era culpabilizado por tal situação.

Como era grande a pauperização na época e o proletariado estava se revoltando com tamanha exploração exposta pelo capitalismo o assistente social como passa a ser profissional capaz de mediar os conflitos existentes entre a classe trabalhadora e classe burguesa.

Como o CRAS é uma unidade que propicia o acesso de famílias a rede de proteção social de Assistência Social a instituição trabalha com serviços voltados às famílias que são referenciadas pelo CRAS e aos moradores que abrangem sua região. Os serviços oferecidos no CRAS é o de acolhimento, escuta sensível, busca ativa, visita domiciliar, elaboração de relatórios sociais, grupos e oficinas do serviço de

convivência e fortalecimento de vínculos destinados aos usuários do PAIF (Proteção Atendimento Integral à Família) e ao público em geral de abrangência do CRAS.

O CRAS faz parte da proteção social básica e atualmente são oferecidos para esses usuários os serviços de:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas;

O principal serviço ofertado no CRAS é o PAIF- Proteção e Atendimento Integral a Família que tem por objetivo realizar um trabalho social com as famílias referenciadas no serviço.

O PAIF é um serviço muito importante dentro do CRAS por que ele trabalha na perspectiva de prevenir e proteger a família para que essa não venha a ter seus vínculos interrompidos e seus direitos. É ofertado também no CRAS o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos aos seus usuários, esses são inseridos em grupos e oficinas que a instituição possui, fazendo com que os participem das atividades oferecidas e posteriormente contribuindo para o fortalecimento dos usuários com a instituição.

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação direitos e no desenvolvimento de capacidades potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009.p.09)

Os grupos e oficinas oferecidos no CRAS aos seus usuários contribuem forma positiva na vida dos mesmos, pois possibilita a eles o acesso a informações respeito de seus direitos além da convivência com outras pessoas e isso faz com que fiquem estimulados a terem uma melhor qualidade de vida e os fazendo também a refletir e conseqüentemente adquirir sua autonomia que é tão importante, pois, os possibilita a enfrentar e diminuir a vulnerabilidade social.

Os objetivos do serviço social no CRAS são: Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Fortalecer vínculos familiares e dos cidadãos nas políticas públicas e no mercado de trabalho.

O CRAS/Itaara é uma entidade sem fins lucrativos. Foi criado com o objetivo e proteção à pessoa humana em situação de vulnerabilidade, prestar assistência à cidadania, educação e saúde. Podendo agir com grupos culturais e entidades governamentais.

A missão do CRAS junto ao Serviço Social é promover a qualidade de vida aos moradores do município, combatendo o estigma social, resgatando a dignidade humana e promovendo a reinserção social através do atendimento pela equipe técnica multidisciplinar capacitada. E sua visão é tornar-se referência como rede de apoio e assistência social.

O CRAS, além de oferecer serviço sócio assistenciais desenvolve um trabalho com idosos no Centro de Convivência do idoso semanalmente que busca priorizar a valorização e a inclusão social levando informações e orientando-os sobre o Benefício de prestação Continuada e aposentadoria.

Além de desenvolver atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

O Centro de Referência da Assistência Social tem com a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em nível nacional, antigas práticas de intervenção e de gestão da assistência social passaram a ser substituídas por ações que fortalecem os princípios de defesa dos direitos e superação da miséria e pobreza.

A criação dos CRAS possibilitou a descentralização do atendimento integral às famílias e ampliou o acesso dos usuários aos serviços sócios assistenciais. Os serviços prestados nos CRAS foram implantados com o Programa de Atenção Integral à Família - PAIF (2005), de âmbito nacional, com um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e acompanhamento sócio familiar.

Para a Fundação de Ação Social foi um marco na atuação conforme os parâmetros do SUAS, refletindo na reorganização do organograma e do quadro de pessoal, com o estabelecimento das equipes de referência.

Localizada na área central da cidade, oferecem atendimento de forma descentralizada, isto é, próximo das moradias dos usuários. As Unidades de Atendimento ampliam a proximidade, executando os mesmos serviços em locais independentes, mas vinculados aos CRAS, para facilitar o acesso dos que residem em grandes áreas geográficas.

Os serviços prestados nos CRAS estão consolidados no Protocolo de Gestão, elaborado com a participação e colaboração integrada dos profissionais.

Surgimento da necessidade do Assistente Social para garantir o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, proposta (Plano de Trabalho) – atribuições. O CRAS atua de acordo com os princípios e diretrizes das LOAS, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como um de seus eixos estruturais e territoriais, constatando que em Itaara há famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim o trabalho do CRAS e, por extensão, o do Assistente Social, e de integrar essas famílias a programas sócios assistenciais e cursos para geração de renda para de saia da vulnerabilidade social. A abertura e feita as 08h00minh com atendimento para atualização de cadastro dos beneficiários do bolsa família feito na recepção mediante senha, o atendimento das Assistentes Sociais e feita na unidade com preenchimento de ficha de avaliação das pessoas que procura os benefícios e pareces sociais, e fora do CRAS com visitas domiciliares para identificação de famílias com vulnerabilidade social para recebimento dos benefícios com bolsa família, cesta básica, auxílio funeral, inserção de IPTU e outros, visita ao orfanato e no centro de convivência ao idoso semanalmente. O Atendimento da psicóloga e feita mediante o encaminhamento e horário marcado. Também é feito reuniões semanais com todos os funcionários e estagiários, além dos cursos que são realizados na unidade.

O CRAS presta serviços profissionais de assistência e psicologia, realizando um trabalho multiprofissional aos usuários atendidos na instituição conforme a necessidade. O atendimento psicológico é realizado nas segundas, terças e quintas, o dia todo, conforme a agenda. O atendimento do Serviço Social é de segunda à sexta.

1.1 Breve histórico do Município de Itaara, RS

A cidade de Itaara teve início com a construção da antiga Estrada do Pinhal, aberta ao trânsito público, por ordem do governo republicano em 1840, em cortando o percurso entre Santa Maria e Cruz Alta, que antes era feito pela estrada de São Martinho.

Itaara remonta a conturbada atmosfera política da Europa do século XIX, sendo que no ano de 1857, três famílias alemãs compraram lotes de terras do cirurgião Manoel Alves, no povoado chamado São José do Pinhal, iniciando assim a colonização da região. Foi desenvolvida uma economia baseada na agricultura rudimentar e primária, exploração da madeira, artefatos de couro (selaria) e ferrarias. A vila era ponto de descanso para quem transitava da região serrana à Santa Maria e/ou Porto Alegre e vice-versa, possuindo hospedarias confortáveis, além de alambiques (Martim Zimmermann), tafona (João Albrecht), curtumes (Albino e Estevão Bopp, Daniel Quim F°), tamancaria (Frederico Weinz), bem como, inúmeros estabelecimentos comerciais de produtos coloniais, secos e molhados (José Adolpho Pithan, Luiz Ilges, Miguel Kroeff, Ernesto Schwan, João Henrique Kurtz, Pedro Beckman, Antonio Silveira Dutra e Rafael Inácio de Mello) e uma escola pública.

Pela Lei de 21 de maio de 1882, a localidade de São José do Pinhal é elevada a condição de Freguesia e continua a prosperar até 1885. Neste ano, inaugura-se a Linha Férrea de Santa Maria a Porto Alegre que viria a constituir-se na grande causa do retrocesso da florescente povoação do Pinhal que se viu afastada, mais de léguas, da próxima estação da Linha Férrea (Estação do Pinhal).

O local dessa estação não servia aos interesses dos comerciantes e industrialistas de São José do Pinhal, a quem se tornou mais prático levar seus produtos diretamente a estação de Santa Maria, muitos deles, inclusive, preferiam radicar-se na sede do Município.

Em decorrência disso, passaram, então a existir o Pinhal Velho (em decadência), atual Itaara, e o Pinhal Novo que ainda não conseguiu alcançar o progresso da antiga povoação. Em 1904 chega ao Rio Grande do Sul o primeiro grupo de judeus, aproximadamente 300 pessoas, vindos da região da Bessarábia, atual Ucrânia, instalando-se assim a 1° Colônia Judaica do Brasil, que obteve o nome de Colônia Philippon.

A instalação da Sub-Prefeitura em Itaara deu-se em 1943, com funcionamento provisório na residência do Sr. Raul Von Ende, sendo o seu primeiro titular o Sr. Horácio Correa. Este foi sucedido pelos Srs. Delmar Ramos, Idalécio Rodrigues dos Santos, Osmar Correa de Motta, Antonio Dias (que transfere a Sub-Prefeitura para o Lermen), Venâncio Pinto Ribas, Alcides Pinheiro, José Segatto, Cassiano Rocha (conseguiu sede própria, após ter funcionado no armazém do Sr. Briam Bopp), José Julio Serafim de Almeida, João Bittencourt Barbosa, João Carlos Bopp, novamente o Sr. José Julio Serafim de Almeida.

O Plebiscito da emancipação do Município de Itaara foi realizado no dia 22 de outubro de 1995 e no dia 28 de dezembro do decorrente ano, pela Lei estadual nº 10.643, assinada pelo Governador Antonio Britto, foi criado oficialmente o Município sendo sua instalação em 1º de janeiro de 1997 Itaara foi declarado Município Turístico através da Lei nº 034/97, de 10 de junho de 1997, objetivando salientar as potencialidades turísticas.

A Secretaria de Turismo foi efetivada através da Lei Municipal nº 270/00 de 06 de dezembro de 2000. A mesma é o órgão encarregado de promover o turismo no Município, propondo e promovendo atividades e eventos que visem estabelecer mecanismos para criar uma consciência sólida de turismo, bem como incentivar e promover parcerias com órgãos públicos e privados.

De origem Tupi-Guarani, Itaara significa Pedra Alta possui área territorial de 172,4 Km², sendo 14 Km² de área urbana e 158,4 Km² de área rural, representando 0.03045% da Região e 0.0636% do Estado, com altitude máxima de 503 metros e média de aproximadamente 425 metros, possui clima temperado úmido.

O Município de Itaara localiza-se no topo da Serra Geral, região Central do Rio Grande do Sul, aproximadamente no Km 300 da BR-158, a 295 Km da Capital, Porto Alegre, e a 14 Km de Santa Maria. Faz limites, ao Norte com Júlio de Castilhos (49 km), ao Sul com Santa Maria (14km), leste com Santa Maria (Distrito de Arroio Grande ? 15 km) e a oeste com São Martinho da Serra (17 km).

Atualmente sua população é formada por descendentes de alemães, judeus, italianos, portugueses, espanhóis e índios. Segundo o censo demográfico do IBGE (2000), a população total do Município era de 4.578 habitantes, sendo que 72,41% concentrados na zona urbana e 27,59% na zona rural. Atualmente a população encontra-se aproximadamente em 5.024 habitante permanentes, que buscam uma melhor qualidade de vida e transitórios (na estação de verão o número triplica), que

possuem recintos de lazer, casas de veraneio em balneários ou em condomínios fechados, usufruindo em finais de semana, feriados e férias.

As principais atividades econômicas do Município são a produção agropecuária e extrativismo mineral (exploração do basalto). Segundo informações do site da Prefeitura, o Município de Itaara conta com um posto de saúde, 5 unidades escolares municipais, duas creches comunitárias municipais, na área social, o município possui uma Secretaria de Assistência Social, um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) para atender a população. No item abaixo iremos refletir o significado da implementação do Centro de Referência em Assistência social (CRAS) para garantia de direito dos usuários que deles necessitam.

1.2 A Implementação do Centro de Referência de Assistência Social no CRAS

O centro de referência social CRAS/PAIF de Itaara, também conhecido como “casa da família” foi inaugurado dia 01 setembro de 2005. Buscando a interação social dentre as demandas do município estabelecidos poros serviços de proteção social básica que são executados diretamente nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e em outras unidades públicas de assistência social, bem como nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. É uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de maior vulnerabilidade social. Executa serviços de proteção social básica, organizando e coordenando a rede de serviços sócios assistenciais da política de assistência social.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do sistema único de assistência social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. (MDS: 2009, p. 09).

Na atualidade o CRAS conta com uma equipe técnica e de gestão para os habitantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

No princípio os trabalhos começaram com a visita domiciliar aos moradores e cadastramento dos que viviam em situação de risco e vulnerabilidade, com isso foram feitas distribuição de cestas básicas a eles bem como a doação de roupas e diversos acessórios que a secretaria disponibilizava em seu estoque. Material esse doado pela Receita Federal e população do município. No decorrer dos anos a estrutura física do CRAS sofreu algumas modificações e reaproveitamento dos espaços para melhor

atender os moradores que necessitam dos serviços oferecidos. Faz menção referenciar algumas benfeitorias realizadas no decorrer do tempo tais como plantio de flores na entrada do CRAS, criação de um espaço recreativo-educacional para as crianças que acompanham suas mães, no hall de entrada, onde ganharam acesso a jogos pedagógicos, brinquedoteca, maquiagem artística e livros infantis.

As demandas atuais estão sendo repensadas e preparadas com muito atenção para proporcionar aos moradores a possibilidade de mais crescimento pessoal e profissional.

Atualmente existem atividades sócias educativas tais como: Grupo de Convivência das Famílias, Grupo de Convivência das Gestantes- Cegonha Social, Grupo de Convivência dos Idosos e Grupo de Mulheres; Pro Jovem Adolescente; Projeto Adolescer. Visitas domiciliares; Plantão Social, Oficinas profissionalizantes, lazer, e de geração de renda com; manicure, cabeleireira, artesanato, informática, Pat work, foto e vídeo, dançam culinária, desenho, atividade esportiva. Palestras educativas em parceria com outras políticas públicas; Bola Social. Cadastro de Programa Bolsa Família. Cadastro Único. (Os cadastros devem ser atualizados sempre que houver alguma alteração na composição familiar, o que inclui mudança de renda, endereço, morte ou nascimento, entre outras. Se não houver nenhuma alteração, a atualização cadastral deve ser feita no prazo máximo de dois anos.)

A seguir iremos refletir sobre a profissão e o projeto ético político da categoria profissional, suas determinações que esse projeto profissional vem contribuindo através do trabalho dos assistentes sociais na implementação de ações juntos aos usuários de Itaara.

1.3 Trabalho do assist. Social – com indicação do instrumental téc. Operativo

O Assistente Social na instituição procura desempenhar suas atividades demandadas de forma ética e proativa visando atender todas as demandas. Atende as pessoas de acordo com as suas necessidades, para que possam ser encaminhados a benefícios ou atividades especificadas. A relação entre a equipe é pautada pela ética, respeito e interdisciplinaridade, de forma a atender a todas as necessidades das famílias. Em decorrência a este fato o acolhimento foi extinto, mas a vontade de querer mudar a realidade das famílias que foram e são atendidas, o

CRAS se mantém aberto dando apoio a estas famílias. Agora além do CRAS atender a famílias, atende chamadas do conselho tutelar, escolas e a comunidade que dele preciso.

O CRAS é procurado por famílias buscando informação sobre seus direitos, sendo atendido pelo Assistente Social por meio de entrevista para conhecer suas necessidades, logo e marcada uma visita domiciliar para comprovação da mesma, assim encaminhando a benefícios ou cursos de geração de renda para saírem da situação em que se encontram no momento.

Como prática profissional, o Assistente Social deve coordenar e executar programas de enfrentamento à pobreza, que assegurem a elevação da autoestima, o acesso a bens, serviços e renda para segmentos mais vulnerabilidades pela situação de pobreza e exclusão social, desenvolver programas voltados para o atendimento aos grupos de maior risco, realizar e disponibilizar estudos e pesquisas no âmbito das Políticas Sociais.

Quanto às atribuições do assistente social enquanto prática profissional deve coordenar elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas e projetos na área de Serviço Social; prestar informações e elaborar pareceres na área de atuação do Serviço Social; planejar, coordenar, executar atividades socioeducativas; estabelecer parcerias e contatos institucionais; atuar como facilitadora de processos de formação de lideranças e organização comunitária; planejar, coordenar e realizar reuniões e palestras na área de atuação do Serviço Social; elaborar relatórios técnicos e analíticos; treinar, avaliar, supervisionar e orientar estagiários de Serviço Social.

O assistente social trabalha no acompanhamento dos usuários do CRAS através dos seguintes instrumentais técnicos - operativos:

Entrevista: É uma forma de interação social, mais especificamente, é uma forma de dialogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra apresenta como fonte de informação. Ela é usada para conhecer o usuário e sua realidade para que procure estabelecer um vínculo de confiança e respeito.

O profissional durante a entrevista mantém-se numa perspectiva fenomenológica, isto é para que não possa julgá-lo e nem o criticar, e sim para uma relação de compreensão. Compreender o usuário na sua totalidade, no seu modo de ser com a doença, com a família, suas relações interpessoais, vê-lo como sujeito único ativo e passivo da realidade, proprietário de uma consciência, individuo capaz de promover a sua própria mudança.

Visita Domiciliar: Como nos indica Martinelli (2007), a visita domiciliar foi um instrumento que desde os primórdios da profissão no contexto Europeu, era utilizada para o controle da vida da classe trabalhadora. Os agentes sociais visitavam as famílias para fiscalizar as condições de saúde e moradia e também utilizavam esse instrumento para disseminar entre a massa a forma capitalista de pensar e organizar a sociedade. Como instrumento de trabalho, a visita domiciliar foi utilizada no Serviço Social brasileiro no contexto de seu surgimento e institucionalização do país, com o mesmo sentido de controle e enquadramento. Este instrumento é um recurso de intervenção que ainda é empregado, porém com outro direcionamento ético-político, que não mais se configura como no Serviço Social naquele período. É uma prática profissional investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar.

Observação: A observação se realiza em duas dimensões na ação do Profissional:

- Sensitiva: Dada pelos sentidos físicos, que nos trazem sensações e impressões e, percepções, como atitude pré-reflexiva que apanha o empírico dos dados.
- Cognitiva: Partindo sempre de uma pré-noção (pré-saber, portanto nunca neutro) sobre a realidade e, buscando um saber maior.

Desta forma, a observação como instrumento busca a apreensão profunda de elementos presentes no fenômeno, por meio da identificação da singularidade do fenômeno.

Abordagem: É uma aproximação, com um objetivo claro de se estabelecer uma proximidade entre o profissional e o usuário. Por meio desta aproximação criamos um espaço para o diálogo, para a troca de informações e/ou experiências, para a tomada de conhecimento de um conjunto de particularidades necessários à ação profissional e, ainda, para o estabelecimento de novas relações.

Fichas de Cadastro: É um instrumento de registro de informação destinado a receber informes, a fim de armazenar e transmitir informações sobre o usuário. As fichas de cadastro servem para transformar dados em informações. A ficha de Cadastro serve como fonte para agrupamento de dados e informações sobre o usuário do programa, por exemplo. A ficha de cadastro é composta de informações diversas desde dados pessoais, endereço, documentação, parecer técnico.

Trabalho em rede: O trabalho multiprofissional na Instituição acontece entre assistente social, psicólogos, Coordenador/Professor dos Projetos, elaborando um

trabalho conjunto onde um da acessibilidade ao outro. Mas os projetos que o CRAS tem, prevê a necessidade e a implantação de outras áreas junto ao trabalho multiprofissional.

São processos de trabalho do profissional do serviço social no CRAS:

- Realizar e coordenar o cadastro dos usuários em situação de vulnerabilidade social;
- Verificar se as instituições no geral atendem corretamente a todas as famílias, pessoas, idosos, crianças e adolescentes cadastrados na CRAS;
- Informar a população em geral sobre as atividades beneficentes coordenada pela prefeitura e o CRAS;
- Realizar visitas domiciliares aos usuários e às instituições sociais, a fim de monitorar e avaliar e conhecer as condições sociais da instituição e do usuário;
- Esclarecer as instituições sobre os critérios solicitados para se cadastrar nos Programas de governo (no que se refere à documentação e questões legais);
- Orientar as instituições para buscar, acessar recursos financeiros ofertados pelos programas federais, estaduais e municipais.
- Controlar, realizar a manutenção e atualização dos documentos das instituições cadastradas;
- Realizar visitas para captação, cadastro e fidelização de doadores e instituições sociais;
- Planejar, lançar no sistema do CRAS a divulgação, realização e avaliação das ações educativas;
- Fazer relatórios referentes as atividades realizadas; O processo de trabalho do profissional do serviço social no CRAS é voltado para assistência social para pessoas em situação de vulnerabilidade social e planejamento de ações educativas, pois o programa tem caráter sócio assistencial, educacional com foco no desenvolvimento e autonomia do usuário e qualificação da rede CRAS e metodologias das ações realizadas e desdobradas em temáticas definidas pelo levantamento das necessidades e demandas dos usuários.

Nesse sentido, Carvalho (1997) defende que:

“[...]quando falamos em gestão social, estamos nos referindo à gestão das ações sociais públicas. A gestão do social é em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos, são canais e respostas a estas necessidades e demandas.... As prioridades contempladas pelas políticas públicas são decididas pelo Estado, mas nascem na sociedade civil, pois através de grupos e movimentos da sociedade, adensam forças e pressões

introduzindo-as na arena política. (Enquanto esfera política, nos três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal). (CARVALHO, 1997, p.19). ”

Segundo Samira Kauchakje (2008, p.23), a gestão social visa atender a necessidades que são próprias da condição humana, ou seja, os homens necessitam de alimento, abrigo, reprodução e saúde, além de autonomia e liberdade, e atender as demandas que são produtos das relações sociais e estão ligadas às carências. Por exemplo, todas as pessoas têm necessidade de alimento de qualidade, no entanto algumas são carentes de alimentos e isso decorre das estruturas econômicas e das políticas nacionais e internacionais que causam graves desigualdades no tocante à distribuição da riqueza produzida socialmente, bem como ao acesso a ela e aos recursos sociais culturais e naturais.

Portanto, como resposta essas necessidades e demandas é que foi pensado. O assistente social faz-se como um meio de intermediação (município instituições-usuários), nesse caso a gestão social é destinada aos cidadãos atendidos em instituições sociais cadastradas no CRAS, no sentido de fornecer os mínimos sociais aos usuários no seu cotidiano para sanar suas necessidades básicas, como alimentação educação saúde e bem-estar social, visando promover autonomia, proporcionando a esses indivíduos o alcance dos mínimos sociais. Para que alcancem seus objetivos e valores para que eles se sintam responsáveis por suas decisões e atitudes futuras.

O profissional do serviço social desenvolve diversas ações educativas (oficinas) juntamente com o profissional da psicologia e gestão, o conforme os eixos:

- **Gestão:** visa contribuir para a melhoria do planejamento, captação de recursos, elaboração de projetos, avaliação das atividades, prestação de contas de projetos sociais. Exemplo: Oficina “Como elaborar projetos sociais”;
- **Socioambiental:** visa desenvolver atividades que estimulem nos indivíduos e entidades atendidas às práticas de responsabilidade socioambiental e proteção ao meio ambiente. Exemplo: “Oficina de compostagem”; “Oficina de aproveitamento de óleo de cozinha para fabricação de sabão”.
- **Educação e ação social:** visa desenvolver atividades que contribuam para a melhoria do conhecimento em relação aos direitos humanos e sociais, ideias de solidariedade bem como estímulo à articulação e participação cidadã.

Exemplo:

Palestras sobre: “Gestão de pessoas”; “Direito e cidadania”.

O profissional do serviço social é responsável por planejar as ações educativas de acordo com a meta, o recurso e a realidade local. O levantamento de demandas pode ser feito nas próprias ações educativas, em reuniões com gestores, no monitoramento, e através da solicitação das instituições sociais. O planejamento das ações educativas deve ser semestralmente possibilitando a aquisição de materiais de consumo e organização de espaço, recursos humanos e outras necessidades. É elaborado um cronograma mensal, visando sua divulgação, contendo a data, horário, carga horária, público alvo e informações sobre as inscrições, após será lançado site do CRAS. As ações educativas deverão ser elaboradas com apoio de subsídios teóricos e práticos alinhados às diretrizes do Programa.

O CRAS também realiza diversas campanhas e eventos que visam à promoção da cidadania, com objetivo de arrecadar doações e conscientizar empresas, organizações, parceiros e a comunidade. As funções do profissional do serviço social é captar recursos doadores por meio de visitas às instituições para divulgar o trabalho de suas campanhas.

Campanha Amigos do CRAS: realizada pelo CRAS e prefeitura, em parceria com estabelecimentos comerciais e/ou eventos com apoio de entidades sociais e voluntários. A campanha tem o objetivo de sensibilizar o público presente para a doação de alimentos. O profissional assistente social é que faz a capacitação dos voluntários por meio de palestras e reuniões.

2 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A primeira Política Nacional de Assistência Social foi aprovada em 1998, após cinco anos da regulamentação da LOAS, mas apresentou-se de forma insuficiente. Somente passadas duas décadas da aprovação da LOAS é que a Política Nacional de Assistência Social foi efetivamente aprovada (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2010). O Ano de 2003 foi marcado pelo início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, criou-se uma expectativa muito grande em relação a esse governo por se tratar da eleição de um partido político com forte apelo popular que pregava em seu discurso a democracia, e no qual se acreditava que poderia trazer mudanças significativas para o Brasil. O país no momento da posse se encontrava num cenário de crise com a redução dos direitos sociais, desregulação financeira, constantes privatizações, todos esses processos herdados de mandatos anteriores, mas principalmente do governo de Fernando Henrique Cardoso. Esta realidade acabou dificultando o mandato do novo presidente, sendo dificultadas as mudanças num primeiro momento (FERREIRA, 2007). Ainda segundo a autora, apesar da crise foi diante deste contexto, que a assistência social começa a alcançar um novo patamar. Em dezembro de 2003 por meio do CNAS foi realizada em Brasília a IV Conferência Nacional de Assistência Social. Nela se aprovou uma nova agenda política no que diz respeito ao ordenamento da gestão participativa e descentralizada de assistência social no Brasil. Nessa conferência aprovou-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que prevê a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que será operacionalizada pela Norma Operacional Básica (NOB/2005) conhecida também como NOB/SUAS, onde concretizará um modelo de gestão que possibilite a efetivação dos princípios e diretrizes da política de assistência social, conforme definido na LOAS. No ano de 2004, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que em seu âmbito criou a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que busca fortalecer e acelerar o processo de construção do SUAS. Em outubro desse mesmo ano, o MDS através da SNAS publicou a versão final da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Resolução nº 145, sendo publicada no Diário Oficial da União em 28 de outubro de 2004 (CAPACITAÇÃO MDS, 2005). Esta política vai introduzir mudanças tanto nas referências conceituais, como

em sua estrutura organizativa e na lógica de gerenciamento e controle das ações na área. A Política Nacional de Assistência Social tem como princípios:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (PNAS, 2004, p.26).

Como se pode observar reafirma-se aí a natureza não contributiva da assistência social, passando a ter como foco de atenção dessa política as necessidades e mais não o necessitado. A Política de Assistência Social passa a ser acessível a todos que dela necessitar sem exceção ou discriminação, mas sendo ela passível também à disponibilidade de recursos, que na conta corrente das escolhas políticas e econômicas são cada vez mais escassas para as políticas sociais. O cidadão passa a ter sua dignidade reconhecida, devendo ele ser respeitado independente de sua situação econômica ou social, os serviços no campo da assistência social devem ser prestados a quem deles necessitar, deve-se haver a promoção da equidade no sentido de reduzir as desigualdades sociais e no enfrentamento de disparidades locais, além de se fazer uma ampla divulgação de serviços, programas, projetos e benefícios para que seja facilitado o acesso da população os mesmo (CAPACITAÇÃO MDS, 2005). Pode-se observar que mais uma vez não é levada em consideração a raiz do problema, a contradição entre as classes, nega-se também que as desigualdades sociais são fruto do capitalismo, em nenhum momento é abordado ou se questiona a ordem vigente e as consequências que ela traz. A PNAS prega a diminuição das desigualdades sociais, mas não procura acabar com elas, na verdade com suas propostas contribuem para manter a ordem vigente e

a exploração, grande parte de suas propostas contribuem para solucionar problemas emergenciais e manter a classe subalterna “dócil”. Como forma de organização a PNAS será orientada segundo as seguintes diretrizes:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2004, p. 26-27).

A descentralização político-administrativa reforça o papel das três esferas do governo na condução da política de assistência social, a participação da população passa a ser feita através dos Conselhos e Conferências (Municipais, Estaduais e Nacional) onde a população ajuda a formular e controlar as ações na área da assistência social. A família passa a ser o principal foco para a elaboração dos serviços, programas e projetos e reforça-se ainda a responsabilidade do Estado na condução dessa política. A PNAS possibilita explicitar e tornar claras as diretrizes que vão efetivar a assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, possuindo um modelo de gestão compartilhado, tendo suas atribuições e competências realizadas nas três esferas do governo. Ela reafirma a necessidade de articulação com outras políticas e indicar que as ações a serem realizadas devem ser feitas de forma integrada para o enfrentamento da questão social (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2010).

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:

I- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;

II- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;

III- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p.27).

A intersetorialidade foi um dos pontos importantes trazidos com a PNAS, pois através da sua articulação com as demais políticas públicas visa-se o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas ao enfrentamento das desigualdades sociais existentes e identificadas em determinadas áreas, além de realizar a proteção social básica e especial dos usuários. Com a junção entre as políticas públicas em torno de objetivos comuns passasse a orientar a construção das redes municipais. (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2010). Os usuários da política de assistência social passam a ser todos os cidadãos ou grupos que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade e risco social, ou seja: [...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p.27).

Como podemos observar ampliaram-se os usuários da política de assistência social, englobando agora não somente os usuários considerados tradicionais, como as pessoas mais pauperizadas, mas também pessoas que estão desempregadas, ou que se encontram no mercado informal de trabalho, usuários de drogas, entre outros. Além disso, essa nova política passa a ter como foco principal a família, crescem os programas, projetos e serviços voltados para ela buscando o fortalecimento da mesma, no enfrentamento de suas necessidades sociais. Apesar de se ter ampliado os usuários da Política de Assistência Social como exposto acima, na verdade suas ações quase que em sua totalidade são voltadas para o núcleo familiar, sendo em sua maioria os programas, projetos e benefícios voltados para a mesma, deixando de lado os outros segmentos. A implantação da PNAS vai defini-la como política de proteção social aos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social.

A Proteção Social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social para redução e preservação do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (NOB/SUAS, 2005, p.16).

O Sistema de proteção social segundo a PNAS divide-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de alta e média complexidade. A Proteção Social Básica vai destinar-se a famílias ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social, tendo por objetivo prevenir situações de risco social através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento e socialização das famílias, buscando incluir pessoas com deficiência, e inseri-las nas ações ofertadas (PNAS, 2004). Vão compor a proteção social básica os benefícios de prestação continuada e os benefícios eventuais. Os benefícios eventuais são destinados a famílias e indivíduos impossibilitados de arcar por conta própria com as situações de vulnerabilidade e riscos temporários advindos de nascimento ou morte de familiares. Outros benefícios eventuais podem ser criados, com a finalidade de atender às vítimas de calamidade pública, exemplos de benefícios eventuais são: o Auxílio natalidade e funeral. Dentre os programas da proteção social básica destacam-se o Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF), que tem como função a proteção das famílias, promovendo o acesso aos direitos e fortalecendo os vínculos familiares (PNAS,2004), e o Programa Bolsa Família (PBF) que na atualidade está entre um dos principais programas de transferência de renda do governo. O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 pelo governo do Presidente Lula. O programa faz parte do Fome Zero, que visa assegurar o direito à alimentação, procurando promover a segurança alimentar e contribuindo para a erradicação da fome, este programa está voltado para famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza. Segundo Ferreira (2007), o PBF foi criado como forma de unificar quatro programas de transferência de renda oferecidos no governo do presidente Lula, são eles: o Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. O programa terá como objetivo “enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a miséria e a exclusão social; promover a emancipação das famílias mais pobres” (MARQUES e MENDES, 2005 p.159 apud Ferreira, 2007). Os serviços, benefícios, programas e projetos de prestação social básica devem ser oferecidos nos

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que são uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social dos municípios, ou então de forma indireta nas organizações de assistência social que estão situadas na abrangência do CRAS (GIMENES, 2009). Segundo a PNAS (2004), a Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se estão em situação de risco pessoal e social, devido a situações de abandono, maus tratos físicos ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Essa proteção especial possui serviços de média e alta complexidade. Os serviços de média complexidade serão prestados nos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), para a família e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas que ainda possuem seus vínculos familiares mantidos. São realizados serviços de orientação e apoio sócio familiar, plantão social, abordagem na rua, dentre outros serviços. A diferença entre a Proteção Social Especial de Média Complexidade para a Proteção Social Básica é que esta última se destina a um atendimento que se dirige as situações de violação de direitos.

Os serviços de alta complexidade garantem a proteção integral aos indivíduos como moradia, alimentação, trabalho protegido para as famílias e para aqueles que se encontram em situação de ameaça e afastados do núcleo familiar. A PNAS trouxe novos avanços para a assistência social, além disso, ela colaborou significativamente para a construção e implementação do SUAS no ano seguinte a sua aprovação. O SUAS, assim com a PNAS, trará importantes contribuições para o campo da assistência social como veremos no próximo subitem.

2.1 Sistema Único de Assistência Social – SUAS

O Sistema Único de Assistência Social advém da IV Conferência Nacional de Assistência Social que foi realizada em dezembro de 2003 onde visava um “reordenamento da gestão das ações descentralizadas e participativas de assistência social no Brasil” (SUAS, 2005, p. 09), ou seja, um único modelo de gestão integrando as três esferas de governo.

O SUAS se organiza de forma a trabalhar com estratégias voltadas a famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, vínculos fragilizados pode-

se afirmar que o SUAS representa um avanço na política de assistência social, ou seja, na proteção social.

Dando continuidade aos avanços conquistados no campo da assistência social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, tem-se a construção do Sistema Único de Assistência Social que representou uma grande mudança para a área no país. O marco inicial para a implementação do SUAS é julho de 2005, ocasião em que foi aprovada, por meio do Conselho Nacional de Assistência Social, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). O SUAS é um sistema não contributivo, descentralizado e participativo que regula e organiza os elementos contidos na Política Nacional de Assistência Social. Esse sistema vai apontar para uma ruptura com o assistencialismo, benemerência, ações fragmentadas e interesses eleitoreiros características de anos anteriores. A NOB/SUAS/2005 aponta como características necessárias para a construção do SUAS:

1) a gestão compartilhada, o Co financiamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos.

2) divisão de responsabilidades entre os entes federativos para instalar, regular, manter e expandir as ações de assistência social como dever de Estado e direito do cidadão.

3) fundamenta-se nos compromissos da PNAS/2004;

4) orienta-se pela unidade de propósitos, principalmente quanto ao alcance de direitos pelos usuários;

5) regula em todo o território nacional a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema cidadão de serviços, benefícios, programas, projetos e ações de assistência social, de caráter permanente e eventual, sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada (âmbitos municipal, estadual e federal).

6) respeita a diversidade das regiões.

7) reconhece as diferenças e desigualdades regionais, considerando-as no planejamento e execução das ações.

8) articula sua dinâmica às organizações e entidades de assistência social reconhecidas pelo SUAS (DAHMER PEREIRA, 2006, p.9-10).

No que se refere à proteção social, o SUAS terá como princípios fundamentais a matricialidade sócio familiar; territorialização; proteção proativa; integração à seguridade social; integração às políticas sociais e econômicas. Vai indicar como garantias dessa proteção à segurança de acolhida, a segurança social de renda, a

segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social, a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e a segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais (NOB/SUAS, 2005). No princípio de matricialidade familiar à família é o núcleo básico da acolhida, devendo ela ser apoiada e ter acesso a condições que lhe possibilite o sustento. A territorialização vai passar a reconhecer os diversos fatores sociais e econômicos que levam uma família a uma situação de vulnerabilidade e risco social, além de orientar a proteção social da Assistência Social na perspectiva do alcance da universalidade de cobertura aos indivíduos e famílias. A proteção proativa é um conjunto de ações que vão buscar reduzir a ocorrência de riscos e danos sociais, já para a segurança de acolhida serão oferecidos espaços e serviços para a proteção social básica dos usuários que necessitarem dela, e a segurança social de renda que será feita por meio de bolsas- auxílios financeiros através de condicionalidades. A proteção social, como já mencionada no subitem anterior, é dividida em duas partes: a proteção social básica e proteção social especial. Ambos os tipos de proteção têm como suposto a proteção social proativa e passam a considerar o usuário como um sujeito de direitos e não mais um objeto de intervenção como era visto anteriormente o que possibilitou a quebra com a situação de tutela (DAHMER PEREIRA, 2005). O SUAS vai implementar também o sistema de vigilância sócio assistencial que consisti no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão que serão assumidos pelo órgão público gestor da assistência social para conhecer a presença de pessoas em situação de vulnerabilidade social, tendo como função a produção e sistematização de informações, criar indicadores e índices territorialidades das situações de vulnerabilidade. Esse sistema de vigilância sócio assistencial é responsável também por detectar as características das situações de vulnerabilidade que trazem algum risco ou dano para os cidadãos (NOB/SUAS, 2005). O SUAS traz ainda a rede socio assistencial como:

Um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade NOB/SUAS, 2005, p.20).

De acordo com a PNAS/2004 e com a LOAS, os serviços são atividades continuadas que buscam a melhoria de vida da população e cujas ações são voltadas

para as necessidades básicas da mesma. Os programas compreendem ações integradas e complementares, área de abrangência e tempo definidos para qualificar e potencializar os benefícios e serviços assistenciais. Os projetos se caracterizam como investimentos econômico-sociais nos grupos que estão em situação de pobreza e buscam a melhoria das condições de subsistência e também de vida. E finalmente, os benefícios, que podem ser de três tipos: benefícios de prestação continuada, benefícios eventuais e os benefícios de transferência de renda. O SUAS vai indicar a gestão compartilhada dos serviços, seu objetivo é transformar a política de Assistência Social em uma política federativa, havendo assim uma cooperação entre a União, Estados, Municípios e o Distrito Federal utilizando para isso instrumentos como convênios, consórcios, comissões de pactuação, dentre outros. Deve-se levar em consideração a subsidiariedade que pressupõe que as instâncias federativas mais amplas não devem realizar aquilo que pode ser feito pelas instâncias locais, ou seja, o Estado não precisa realizar o que os Municípios têm a capacidade de fazer e assim por diante. Além disso, o SUAS possui quatro tipos de gestão, a Estadual, Municipal, Distrito Federal e da União. Os níveis de gestão são caracterizados de três maneiras no caso dos Municípios: gestão inicial, básica e plena. A gestão básica é quando o município assume a gestão da proteção social básica, tendo como responsabilidade a organização da mesma prevenindo assim as situações de risco e vulnerabilidade social. A gestão inicial ocorre quando os municípios não estão habilitados a receber à gestão básica ou plena e recebem recursos financeiros da União por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social. E por fim a gestão plena onde o município tem a gestão total das ações de assistência social sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência, ou as que são provenientes de isenção de tributos, nessa gestão assume-se a responsabilidade de organizar a proteção social básica e especial no município (NOB/SUAS, 2005).

A gestão Estadual vai assumir a gestão da Assistência Social em seu âmbito de competência tendo como responsabilidade: a) coordenar, monitorar e organizar o Sistema Estadual de Assistência Social, b) prestar apoio aos municípios na implantação dos sistemas municipais de assistência social, c) coordenar o processo de revisão do BPC no âmbito estadual, d) prestar apoio técnico aos municípios na implementação do CRAS, entre outros. Já a gestão da União terá como alguma de suas responsabilidades coordenar a formulação da PNAS/2004 e do SUAS através da observação das propostas das Conferências Nacionais e as deliberações do

Conselho Nacional de Assistência Social, deve definir as condições e o modo como aos direitos relativos a Assistência Social. E para realizar a gestão em todas essas áreas são utilizados como instrumentos caracterizados como ferramentas de planejamento técnico e financeiro do SUAS e da PNAS/2004 nas três esferas do governo, o Plano de Assistência Social, Orçamento, Monitoramento, Avaliação e Gestão de Informação e o Relatório Anual de gestão.

O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que vai organizar e nortear a PNAS/2004 na perspectiva do SUAS. O Plano de Assistência Social quando finalizado é submetido a provação no CNAS. O financiamento da Assistência Social é feito por meio do Orçamento Plurianual e anual que irão expressar a projeção das receitas e autorizar os limites de gastos nos projetos e outras atividades propostas. A gestão da informação vai ter como objetivo produzir condições para operações de gestão, monitoramento e avaliação do SUAS, esse sistema de informação é conhecido como REDE-SUAS. Por fim o Relatório anual de gestão é utilizado para avaliar os resultados trazidos no Plano de Assistência Social, o relatório vai sintetizar e divulgar os resultados obtidos (NOB/SUAS, 2005). O Financiamento do Sistema Único de Assistência Social vai apontar para:

a) descentralização político-administrativa – respeitando a autonomia dos entes federativos, mas mantendo o princípio de cooperação (co-financiamento).

b) os Fundos de Assistência Social – os repasses só podem ocorrer via Fundo (Fundo a Fundo).

c) o SUAS como referência – sistema descentralizado, participativo (controle social), territorializados e a família como foco de ação da Política de Assistência Social.

d) condições gerais para transferência dos recursos federais:

e) níveis de gestão;

f) comprovação de execução orçamentária;

g) acompanhamento e controle da gestão dos recursos através do Relatório Anual de Gestão;

h) manutenção do Cadastro Único atualizado e realimentado; repasse dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para os serviços, programas, projetos e benefícios, identificados entre os níveis de proteção básica

i) repasse de recursos fundo a fundo, de forma sistemática e automática.

j) nova sistemática de convênios, com aplicativos informatizados para co-financiamento de projetos eventuais.

k) Critérios de partilha, como proteção social básica e especial, e de transferência.

l) o co-financiamento entre municípios, estados e União, respeitando-se os princípios de subsidiariedade e cooperação e a diversidade existente entre municípios (pequeno, médio e grande porte), metrópoles, estados e União (DAHMER PEREIRA, 2005, p. 14 - 15).

O SUAS apesar de muito importante para a Assistência Social no país ainda tem grandes desafios para sua materialização e efetividade, diante da conjuntura em que vivemos muita das propostas trazidas por ele encontram grandes dificuldades em serem implementadas. Para finalizar este capítulo reiteramos que a Política Nacional de Assistência Social e o SUAS trouxeram grandes avanços para a área da assistência social em nosso país como foi possível observar ao longo deste texto, mas ao analisá-los foi possível perceber que existem algumas contradições ao longo de suas propostas. Um dos pontos observados é que se acredita que através da prestação de serviços no campo da assistência social e da promoção da equidade haverá uma redução das desigualdades sociais, o que é um engano, pois a assistência social não é capaz de reduzi-las sendo isso uma tarefa da política econômica. Somente com a melhoria das condições financeiras da população através de uma distribuição de renda mais justa, com melhores salários, e com a igualdade entre as classes é que as desigualdades sociais começarão a se dissipar. A centralidade na família é um avanço da Política de Assistência Social, pois ela permite uma intervenção articulada e fortalece os vínculos familiares, mas ao focalizar na família acaba-se deixando de lado a concepção de classe, perde-se a noção de totalidade, de contradição, que é essencial para a condução da política, e reforça-se a responsabilidade da família no sentido da proteção. A articulação da assistência social com as demais políticas públicas é outro assunto abordado na PNAS. A intersectorialidade é fundamental, mas só será eficaz se todas as políticas setoriais tiverem a atenção devida. Mas não é o que se tem observado, as políticas públicas de forma geral estão bastante fragilizadas, a falta de recursos e o descaso do poder público são grandes, a saúde, a educação, a assistência social, a habitação e a previdência social estão cada vez mais precarizadas, o que dificulta a resolutividade e a articulação desses segmentos na realização de ações conjuntas. Vejo como

grande desafio para a Política de Assistência Social junto com as demais políticas setoriais, a construção de uma rede eficiente, que garanta serviços de qualidade para a população, desenvolvendo respostas qualificadas frente às expressões da questão social. O agravamento da questão social trazida com o capitalismo e ampliada através do processo de reestruturação produtiva assumiu diferentes contornos na atualidade, havendo o acirramento das desigualdades sociais, o aumento da violência, desemprego e pauperização. O acesso às políticas públicas é cada vez mais seletivo e excludente, as ações realizadas através das políticas setoriais ainda não estão sendo suficientes para dar conta das demandas encontradas. O Estado tem cada vez mais se eximido de suas responsabilidades transferindo-as para o terceiro setor e para a população. Ao contrário do que é trazido na PNAS, cada vez mais são criadas instituições, ONGs, que realizam projetos e oferecem serviços para atender as demandas da população que o Estado não é capaz de suprir. A divisão do sistema de proteção social em básico e especial é uma forma encontrada para a organização do trabalho e garantir que mais cidadãos tenham acesso aos serviços, mas por outro lado colabora também para compartimentalização das demandas e sua fragmentação envolvendo mais uma vez o caráter de classe das mesmas. Os serviços, programas e projetos de acolhimento e socialização das famílias propostos até então são necessários, mas ainda insuficientes, é preciso criar novos projetos como uma das estratégias para que mais cidadãos tenham suas demandas atendidas. Enfim, ainda está longe para que os pressupostos trazidos com a PNAS e com o SUAS sejam realmente eficazes e consigam trazer mudanças significativas para a população a que se destinam, é preciso muito empenho, financiamento e responsabilidade por parte dos governantes para que as propostas feitas sejam realmente cumpridas e realizadas. O SUAS é uma política contraditória, pois ao mesmo tempo em que prega a emancipação dos sujeitos, o fim das desigualdades sociais, cria propostas que amenizam, mas não conseguem dar fim as mesmas e nem emancipam seus usuários. Tanto a PNAS quanto o SUAS são muito importantes e trazem propostas interessantes, mas é preciso ir além, é necessário ir ao foco do problema para que assim os problemas sociais, as desigualdades sejam dissipadas. Políticas como essas que buscam alcançar esses objetivos devem criar propostas e ações que visem o fim do capitalismo, causador de todos esses problemas, pois só com o fim da ordem vigente é que o fim das desigualdades sociais e a emancipação dos sujeitos serão possíveis.

2.2 Cenário de estágio

Durante o estágio observamos que o CRAS/Itaara desenvolve seu trabalho acolhendo os usuários, orientando-os, encaminhando-os para os programas e projetos e acompanhando-os de acordo com as demandas apresentadas. Há casos em que o serviço social vai ao encontro dos usuários em suas casas para a realização de visitas domiciliares para observar a realidade como um todo e assim, realizar um atendimento com qualidade e eficiência dando os encaminhamentos cabíveis a cada situação e, quando necessário articula-se com a rede socioassistencial para assim garantir os direitos aos usuários, pois segundo o PNAS/2004, “os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam riscos potenciais”. As atividades desenvolvidas no estágio II foram voltadas para o desenvolvimento e implementação do projeto Grupo de Mulheres. O projeto foi pensado a partir das demandas apresentadas no campo de estágio.

Porém percebemos também a falta de informação que abrange a população da área territorial do CRAS/Itaara a acomodação e a precariedade de conhecimento das famílias sobre os serviços ofertados pelo mesmo, e isto foi objeto de estudo para a elaboração do projeto de intervenção intitulado GRUPO DE MULHERES: tem como objetivo desenvolver atividades com mulheres, que vivem em situação de vulnerabilidade social, que participam dos grupos de convivência desenvolvidos pelo CRAS/Itaara. Tem como proposta orientar, e conscientizar, trabalhando seus princípios familiares, tendo como protagonistas as mulheres que são atendidas da unidade pública CRAS/Itaara. As famílias buscam no CRAS, a oportunidade de sair da vulnerabilidade social através de seus recursos benefícios. Foi observada há necessidade dessas mulheres que procuram o CRAS, a maioria na faixa etária de 18 – 60 anos em situação de vulnerabilidade social. Com o perfil (características marcantes, tais como: desempregadas, casadas, com filhos, com baixa renda, e algumas sem nunca ter frequentado à escola).

A intervenção do projeto tem como intuito discutir sobre seus direitos para que tenham seus direitos garantidos e não violados, tendo como objetivo desenvolver ações educativas e direcionadas há essas mulheres que fazem parte do CRAS.

A formação do grupo foi proporcionar a todos uma visão de sociabilidade, o acesso há informação e conhecimento sobre direitos. Neste ponto de vista os serviços e ações assistenciais devem favorecer o fortalecimento de vínculos, para que estas mulheres estejam fortalecidas no convívio social mais amplo. Desenvolvendo um trabalho familiar, em interface com os serviços das demais políticas públicas, estabelecendo-se um sistema de rede que possa desenvolver atividades que garanta e fortaleça o vínculo social.

Os usuários atendidos, como já exposto, são na sua maioria da região de Itaara, bem como do município sede. Estes chegam ao CRAS, devido à situação de vulnerabilidade tanto social, mas primeiramente econômica, com seus vínculos familiares sociais fragilizados em decorrência do seu acompanhamento. Possuem pouca escolaridade ou são analfabetos, possuem, renda mínima ou nenhuma, aposentados, BPC, auxílio doença, benefício de prestação continuada e bolsa família.

Mediante a realidade encontrada a partir do CRAS/Itaara, buscou-se, como objetivo geral trabalhar o empoderamento das mulheres que participam do CRAS a partir de sua realidade e viabilizar esclarecimento acerca dos seus direitos sociais e protagonismo. Além disso, pautou-se como objetivos específicos caracterizar as usuárias participantes do grupo de mulheres; criar um espaço de convivência e empoderamento das mulheres participantes do grupo e esclarecer as dúvidas trazidas pelas usuárias no que tange as políticas voltadas para as mulheres.

2.3 O grupo de Mulheres: dinâmica técnico operativa de intervenção do Serviço Social no CRAS de Itaara

A acolhida está estabelecida na segurança da legitimidade da Política Nacional de Assistência Social e perpassa todas as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que promove contato direto com os usuários, tais como a prestação de informação pela recepção da unidade onde o Serviço é ofertado, o atendimento realizado pela equipe técnica e as atividades realizadas com as usuárias no grupo de convivência e fortalecimento de vínculos.

As transformações dos processos de trabalho e a rapidez com que surgem novos conhecimentos e informações têm exigido uma capacitação permanente que possa proporcionar um atendimento qualitativo por parte de gestores institucionais. Essa capacidade possibilita aos mesmos, qualidade e competência técnica na execução de suas atividades potencializando o desempenho individual e coletivo para o desenvolvimento humano, profissional e institucional. O programa da capacitação deve contemplar a participação dos trabalhadores que concorrem de forma atuante na realização de atividades institucionais.

O projeto apresenta como objetivo geral contribuir e trabalhar o empoderamento das mulheres que participam do CRAS a partir de sua realidade e viabilizar esclarecimento acerca dos seus direitos sociais e protagonismo. Recursos: Equipe Técnica (Assistente Social, Estagiário do Serviço Social, palestrantes, equipamento audiovisual, jogos, data show, livros, revistas, jornais, entrevistas, palestrantes e outros).

A metodologia foi desenvolvida baseada no desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes). Foram realizados seis encontros sendo que três deles será realizado as palestras dos temas abordados pelas as usuárias. No início das atividades, nos apresentamos para as participantes e no que consiste o projeto, bem com seus objetivos. Foi firmado um contrato sendo sigilo dos relatos e o espaço para elas, enfatizando a importância de ser um momento para refletir e contribuir para o fortalecimento do grupo.

Ressaltamos, ainda, a importância da frequência de cada uma delas nos encontros. Foram passadas as participantes no primeiro dia um questionário traçando as características dessas usuárias (nome completo, idade, filhos, renda familiar, auxílio doença). No segundo encontro vai ser trabalhado um segundo questionário coletando suas opiniões em relação aos temas que será abordado nos próximos encontros, neste questionário será oferecido nove temas e um livre, para que as usuárias escolham três que serão ministrados por palestras e rodas de discussão entre as participantes. O questionário teve intuito de esclarecer que temas seriam desenvolvidos nos encontros dos grupos.

Os demais encontros aconteceram no mês de maio (10, 17, 24 e 31), uma vez por semana, terças- feira, iniciando dia 3 de maio indo até dia 31 do mesmo mês, com duração de 2 horas cada encontro, onde os palestrantes (Estagiaria do Serviço Social, Assistente Social e um Advogado) expuseram o tema escolhido, alternando com

diálogo e uma dinâmica. Os temas escolhidos foram definidos a partir das demandas que o próprio grupo foi apresentado juntamente com a estagiária que coordenada o projeto, as questões foram colocadas de forma aberta, proporcionando as mulheres uma visualização mais efetiva dos problemas serem trabalhados.

No último encontro dia 31 de maio, ocorreu à entrega da avaliação do projeto para as usuárias e por final uma confraternização de encerramento. A avaliação foi feita pela pelas participantes dos encontros, através de uma urna de sugestões no final da execução do projeto. Além disso, foi realizadas avaliações com a Assistente Social do CRAS, por meio de reuniões ao final de cada grupo, de modo a verificar quais os avanços ou não do grupo.

Os materiais utilizados foram simples e de fácil acesso (data show, folhas de ofício e caneta.), de modo a dispor dos próprios recursos do CRAS. Os conteúdos são apresentados de forma dinâmica e prática, através de exposição dialogada, debates, estudos de caso, visitas técnicas, estudo dirigido e dinâmicas de grupo. A população usuária atendida pelo Grupo de Mulheres foram em média 20 mulheres, residem em casa própria em sua maioria no próprio município de Itaara, alguns na zona rural, vivem com sua família, sendo com seus esposos, sozinhos ou quando não com seus filhos, não possuem em sua família pessoas com algum tipo de deficiência, são aposentados, o meio de locomoção mais usados pelos participantes é o ônibus. No primeiro questionário investigou as necessidades pessoais das usuárias, dentro da realidade do Grupo para Mulheres as necessidades pessoais que ambas se encontram, perfil delas e as necessidades como a falta de informação entre elas. Fica evidente que as necessidades pessoais encontradas nas usuárias entrevistadas dizem respeito à falta de comunicação e informação. Foi investigado também a satisfação e motivação dessas mulheres quanto à participação no grupo. O do Grupo de Mulheres facilita a construção de laços de amizade e até mesmo de amor, é um espaço de desenvolvimento pessoal e de descontração. É um lugar onde buscam satisfação pessoal, valorizando o relacionamento com pessoas e a perspectiva de vida possuem. O segundo questionário foi passado os temas articulados pela estagiaria e a Assistente Social, sendo que a ideias delas sobre os também foram realizadas. As usuárias visualizam o Serviço Social de uma forma positiva, onde o profissional para eles significa amparo e formas de transformação. O Centro de Referência em assistência social proporciona aos usuários o fortalecimento de práticas associativas, produtivas educacionais, estimulando a convivência e a

participação comunitária, através das atividades socioculturais, esportivas e de lazer, visando à qualidade de vida e melhoria de sua convivência familiar. Para nortear a investigação acerca da realidade vivenciada no grupo, primeiramente foi elaborado um formulário composto por dez temas, sendo um escolhido por elas. Os temas foram: **(Violência contra mulher, Lei Maria da Penha** (escolhido por elas), Qualidade de vida e autoestima, Gravidez na adolescência, sexualidade, doenças totalmente transmissíveis, pensão alimentícia, cestas básicas, religião e tecnologia). Os três temas sorteados foram discutidos nos próximos encontros, com a nossa equipe do Projeto: um palestrante Advogado, Assistente Social e a Estagiária. Ambos investigaram o perfil dessas mulheres participantes do grupo. As usuárias em sua maioria são desempregadas; das mesmas não ultrapassa de um salário mínimo. Algumas mulheres mais (idosas) recebem o benefício de prestação continuada, este benefício consiste no repasse de um salário-mínimo mensal, dirigido às pessoas idosas e às portadoras de deficiência que não tenham condições de sobrevivência, tendo como princípio central de elegibilidade a incapacidade para o trabalho. Vivem sozinhas e quando não com seus companheiros. O segundo investigou as necessidades pessoais que as usuárias enfrentam no seu dia-a-dia. Tendo em vista que no primeiro encontro foi analisado que os sujeitos possuem renda de um salário mínimo, nos relatos do segundo encontro analisado, todos colocaram que a maior dificuldade deles se trata da questão financeira. Relatam que, pela falta de dinheiro são impedidos de usufruírem de alguns direitos que a eles pertencem, como por exemplo, continuar os estudos, realizar um tratamento médico que exige o uso diário do transporte coletivo e também o respeito pelas demais gerações, evidenciando que a aposentadoria ou o benefício de prestação continuada, no valor de um salário mínimo, na maioria das vezes, é a única fonte de renda de suas famílias. Para captar a visão do usuário ao programa, o terceiro encontro investigou a motivação e a satisfação das usuárias quanto à participação no grupo. Primeiramente foram questionadas quais as mudanças que os sujeitos sentiram após a entrada no grupo e qual a importância dele para a suas vidas, todas as usuárias responderam que as vidas deles mudaram para melhor depois de ingressarem no grupo. O quarto encontro investigou a perspectiva de vida dessas usuárias. Primeiramente foi questionada a visão deles quanto o que é autoestima. O quinto e último encontro investigou a avaliação dessas usuárias quanto ao trabalho do assistente social. Por ser uma profissão que atua em constante interação com as políticas sociais e

conseqüentemente com os direitos sociais, o Serviço Social não pode ficar alheio à tematização do fenômeno do envelhecimento. Está havendo uma grande inserção de profissionais ligados diretamente a trabalhos com idosos, tendo em vista que essa demanda tende a crescer cada vez mais.

Nesse sentido, é importante ressaltar que mesmo que o número de participante fosse pequeno se buscou atender sempre as solicitações dos que estavam participando da reunião tendo por objetivo desenvolver ao máximo possível aquele momento presente de forma crítica propositiva.

No entanto alguns encontros que aconteceram mostraram a gama das demandas trazidas pelas usuárias, em grande parte dos relatos a violência praticada por algum membro familiar. A partir dessas demandas relatadas deu-se rumo ao projeto que nos encaminhamos a dar ênfase na temática ligada na garantia de direitos e o empoderamento da mulher, enquanto sujeitos de suas vidas. A subjetividade humana vai se formando à medida que ela vai vivenciando as diferentes experiências emocionais no decorrer de suas vidas. Sejam elas boas ou ruins, mas para nós enquanto sujeitos críticos, temos o dever de nos manifestar de forma crítica e propositiva para mudar ou amenizar experiências ruins na vida desses idosos. Quando edificamos a demanda temos um norte para nos guiar e avançar, de maneira interventiva e técnico operativa.

Aprender em grupo significa trabalhar na coletividade, trocar experiência, em uma perspectiva de ação educativa, visando o bem-estar de todos, baseado nas aprendizagens desenvolvidas conforme os conteúdos propostos nas atividades.

Todos os temas trabalhados com essas mulheres foram desenvolvidos na perspectiva de possibilitar transformação do sujeito. Pois uma boa representação de resultado alcançado como projeto de intervenção, são falados sujeitos (mulheres) participantes, quando eles nos procuram agradecendo pelas orientações prestadas, e relatando fatos onde eles puderam se enxergar com sujeito, e fazer valer seus direitos.

Pois notamos que o nosso trabalho teve significado positivo, nos possibilita enxergar de forma clara, que intervenção a partir de nossas ações possibilitaram ao usuário atingir um nível de consciência sobre seus direitos, e a postura que eles assumiram diante esses conhecimentos, sobre a forma de expressão que eles nos relatam, ao assumirem uma postura crítica diante a sociedade.

No decorrer das vivências no grupo, os aspectos negativos também foram ficando claros. O atendimento no centro de referência em assistência social (CRAS)

pecava em alguns procedimentos no atendimento, ficou evidenciado a falta de planejamento desde o local onde o CRAS foi construído, em uma área de difícil acesso à população em geral, ainda mais dificuldade para pessoas (idosas e deficientes), descumprindo a legislação:

Localizações, segundo as singularidades dos territórios:

O CRAS deve localizar-se em áreas que concentram situações de vulnerabilidade e risco social. Todavia, a Norma Operacional Básica/SUAS (2005) reconhece que diagnosticar a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social é uma tarefa complexa, em especial no que diz respeito à obtenção de informações sociais interurbanas municipais, bem como informações de difícil mensuração ou sobre as quais não se dispõe de estatísticas nacionais, tais como situações de violência, negligência e abandono. A localização do CRAS, afastada do centro da cidade e de difícil acesso e a falta de transporte gratuito para os usuários de outros programas, foram os pontos mais negativos encontrados no desenvolvimento do projeto, pois outras mulheres de maior idade tinham dificuldade de acesso, e acabavam usando transporte escolar quando sobrava lugares.

Dentro (dos limites do campo do estágio para o profissional do serviço social também se constaram falhas como) a de recursos financeiros maus aplicados para desenvolver atividades mais atrativas para o público das instituições sociais, pois há uma rotina nessas ações que as instituições já conhecem; b) há falta de apoio de outros profissionais; c) falta de um auxiliar administrativo, para dar conta das questões pontuais que hoje são resolvidas pelo assistente social ou pelo estagiário.

As possibilidades são: a) articulação com os profissionais do campo de estágio, cultura e educação, com a realização de atividades que possam contemplar a todos; traçar estratégias para responder com qualidade as demandas apresentadas nas instituições sociais atendidas pelo CRAS; capacitações para os assistentes sociais e estagiários; articulação e mobilização dos assistentes sociais, com vistas à troca de experiências e vivências.

Todos esses relatos acima, dão a sensação de dever cumprido, pois consegui, apesar de alguns impasses atingir meu objetivo inicial, não exatamente como imaginei, mas atingi as expectativas do grupo, me enxerguei como assistente social,

pela maneira que executei meu trabalho grupo de maneira ética critica interventiva técnico operativa.

Em sua dimensão teórica, conforme barroco (2005), “a ética se distingue do saber científico pela sua natureza filosófica, que lhe fornece um caráter crítico, dotado de juízos de valor. A reflexão ética nos convida a indagar sobre o que é bom, justo, legítimo em relação às ações humanas”. Segundo essa autora:

Como ação prática, a ética é a objetivação concreta dos valores, princípios, escolhas, deliberações e posicionamentos produzidos pela ação consciente dos homens diante de situações de afirmação/negação da vida, dos direitos e valores. Conceber a ética como uma ação crítica de um sujeito histórico que reflete teoricamente, faz escolhas conscientes, se responsabiliza, se compromete socialmente por elas e age praticamente para objetivá-las é conceber a ética como componente das práxis (BARROCO, 2005).

Para além de relatar os aspectos positivos e negativos, trago algumas técnicas grupais que foram abordas no grupo, a intervenção proposta de forma estratégica para atividades práticas do grupo, sempre procurando manter a postura ética e comprometimento com o sujeito.

No entanto foram trabalhadas questões pertinentes, temas abordados por elas. Nestes termos, o debate em torno das expressões da questão social favorece a argumentação e a reflexão crítica dos assistentes sociais. Pois na medida que o assistente social tem possibilidades e meios para intervir nessas expressões da questão social de forma proativa. No entanto para nortear essa investigação, primeiramente foi elaborado um questionário e enviado para e-mail da assistente social e a psicóloga para pedir contribuições sugestões para melhor formular o projeto de forma coletiva, sendo assim elas responderam e retornaram as respostas também por e-mail fazendo algumas sugestões. Foram realizados três temas compostos na realização do projeto e que foram apresentados juntamente com os resultados obtidos. As atividades do grupo de mulheres foram desenvolvidas a quinta-feira, ou seja, apenas uma vez na semana no CRAS. As ações coletivas desenvolvidas pelo profissional de Serviço Social do grupo de Mulheres foram: confraternização, reuniões, palestras, dinâmicas e jogos; e pelo profissional do Centro de Referência em assistência social foram feitas reuniões as quintas-feiras com interação e dinamismo, buscando trabalhar a autoestima das mesmos. Busquei na condição de acadêmica de Serviço Social junto a assistente social realizar uma reflexão crítica sobre a temática de interesse de cada usuária ou de um conjunto de mulheres, pois

para garantir o direito dessa população, cada profissional necessita ter a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes do cotidiano. Num outro momento buscamos fazer uso dos instrumentais técnico-operativos que os sujeitos utilizam no desenvolvimento das ações individuais e coletivas. Ambas as mulheres responderam que utilizam dinâmica de grupo, recursos audiovisuais, observação, diálogo, entrevista, visita domiciliar, reunião, palestra e jogos. No entanto a ação profissional, existe um planejamento até a operacionalização e avaliação do trabalho. Um profissional contemporâneo necessita ter um novo olhar no sentido de ver os instrumentais como um conjunto articulado de técnicas que permite a operacionalização do Serviço Social. Pois é necessário ter criatividade no uso dos instrumentais, pois ele por si só não define uma intencionalidade pautada numa perspectiva atual e sim o profissional que as define, mas para isso é preciso que haja habilidade e conhecimento para dominá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assistentes sociais devido a sua relativa autonomia dependem das instituições para realizar seu exercício profissional, tendo que incorporar em seu trabalho as demandas da instituição, que vão regular suas ações e suas respostas profissionais. Por isso é preciso um profissional dinâmico, que busque no seu projeto ético político inspiração para realização de seu exercício profissional, onde pregue a luta pela equidade e justiça social e por mudanças na ordem societária. Além de buscar estratégias que sejam capazes de possibilitar a conquista do apoio institucional na construção de ações que viabilizem a garantia de direitos dos usuários. Pude perceber que os limites para a atuação profissional dos assistentes sociais são muitos, e as possibilidades são reduzidas por isso é preciso que esses profissionais estejam sempre se capacitando, participando de movimentos sociais e da categoria, pesquisando a realidade, buscando aprofundamento teórico, para que assim possam enriquecer seu exercício profissional para dar respostas efetivas e concretas às demandas que lhes são apresentadas no seu dia a dia. Muitas vezes é difícil para o assistente social entender como se processa seu exercício profissional diante dessa realidade, que as demandas dos usuários vêm se diversificando cada vez mais, que, porém é preciso respondê-las sem cair no fatalismo e no messianismo, ver que essas demandas são coletivas e não de caráter individual. As assistentes sociais que trabalham nos CRAS possuem vários desafios a serem superados, como a falta de recursos materiais e humanos, o trabalho em equipe que é desconstruído pela saída de membros da mesma, o clientelismo, a falta de autonomia, condições de trabalho precárias, enfim, mesmo diante desses percalços essas profissionais conseguem realizar seu trabalho de maneira ética, visando os interesses dos usuários, procuram estar sempre em contato com a legislação ligada à área para nortear suas ações e procuram usar os métodos e recursos que tem a favor do seu exercício profissional e dos usuários.

A partir do desenvolvimento do estágio curricular obrigatório II, foi possível planejar as ações desenvolvidas fazendo parâmetros de comparações conforme a

individualidade do sujeito e do coletivo, e também como registrá-las através dos diários de campo, e deste relatório final de estágio. O encontro com o exercício profissional proporcionou reflexões entre teoria e intervenções práticas através de monitoramentos, ações educativas e o projeto de intervenção. Pois fazendo uma relação prática e teórica. No entanto, os resultados foram identificados nas transformações na vida dos sujeitos participantes. Ouvir um retorno de que nossa intervenção possibilita uma melhora no comportamento no âmbito familiar e social, sem dúvida, é um resultado extremamente significativo. Constitui-se que a nossa missão foi cumprida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome: Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CEFSS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei n. 8.662/93-Regulamentação da Profissão de Serviço Social**. Brasília, 1993.

MDS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Política**. Disponível em:

SOUSA, Charles T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**. Ponta Grossa, P. 119-132, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35.Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.(Série textos básicos; n. 67).

BRASIL, **Lei de Regulamentação da profissão**, 1993.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. **Resolução CFESS**, n.273, 1993.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. 2 ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CEFSS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei n. 8.662/93-Regulamentação da Profissão de Serviço Social**. Brasília, 1993.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2005. IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em

tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007

MARTINELLI, Lúcia Maria. O Serviço Social: rompendo com a alienação. In:

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Serviço Social e Saúde. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB. 1999.**

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, Serviço Social e Saúde, Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2001

Apêndices

Apêndice A

1. Roteiro do Questionário:

Nome completo: _____

Filhos: Quantos? ()

Idade: _____

Tempo no CRAS:

Escolaridade: _____

Estado civil: _____

Aposentada () sim () não

Com quem mora: _____

Renda Familiar: _____

Auxílio Doença: () sim () não

2. Neste questionário serão oferecidos nove temas e um livre, para que as usuárias escolham três que serão ministrados por palestras e rodas de discussão entre as participantes.

() Violência contra mulher; Lei Maria da Penha;

() Qualidade de vida e autoestima;

() Gravidez na adolescência;

() Sexualidade;

() Doenças totalmente transmissíveis;

() Pensão alimentícia;

() Cesta básicas;

() Religião;

() Direitos Trabalhistas;

() Tecnologia

3. Último questionário foi com a seguinte pergunta:

- Que motivos levou você a procurar os projetos do CRAS?

Explique: _____
